

TÍTULO DO TRABALHO			
REDEMOCRATIZAÇÃO, DÉFICIT DE DEMOCRACIA E AS JORNADAS DE JUNHO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gabriel Pinheiro de Siqueira Gomes	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	PPFH/UERJ	Mestrando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O presente trabalho reflete sobre as Jornadas de Junho de 2013 a partir dos limites da Democracia brasileira e da exclusão das maiorias das instâncias de decisão e escolha dos rumos do país. Traça um paralelo entre os limites do Sistema Político nacional e do governo do Partido dos Trabalhadores que hoje o mantém e se locupleta deste modelo. A ausência de um estado democrático verdadeiramente palpável que se acompanha da falência política e representativa de diversas instituições, desde o parlamento até escolas básicas e universidades. Tal reflexão surge da necessidade de entender os mecanismos políticos e sociais que estão por trás das grandes manifestações populares que assolaram a cena política brasileira em junho de 2013. Entender por que as pautas levantadas pelas manifestações como, por exemplo, transporte, saúde e educação não são viáveis apenas na mente dos manifestantes, mas na construção de uma plataforma política ampla que transforme primeiro a democracia capitalista dependente brasileira e altere a correlação da luta de classes e o entendimento da impossibilidade da convivência entre capitalismo e democracia na América Latina.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Jornadas de Junho; democracia; América Latina			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This work reflects on the 2013 June Journeys from the limits of Brazilian democracy and exclusion of the majority of the country's direction. Draws a parallel between the limits of the national political system and the Workers' Party government, which today maintains this same model. The absence of a truly palpable democratic state, which accompanies the political and representative bankruptcy of various institutions, from parliament to basic schools and universities. This reflection came from the need to understand the political and social mechanisms that were behind the large public demonstrations that swept the Brazilian political scene in June 2013. Understand why the claims raised such as, public transport, health care and education not are the only viable in the protesters' minds, but to build a broad political platform to first transform the Brazilian dependent capitalist democracy and change the correlation of class struggle and the understanding of the impossibility of coexistence between capitalism and democracy in Latin America.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
June Journeys; democracy; Latin America			
EIXO TEMÁTICO			
3. Poder, Estado e luta de classes			

REDEMOCRATIZAÇÃO, DÉFICIT DE DEMOCRACIA E AS JORNADAS DE JUNHO

Gabriel Pinheiro de Siqueira Gomes¹

A redemocratização do Brasil na década de 1980 pode ser considerada um processo tumultuado e cheio de lacunas. Retomar um fio histórico democrático no país estava colocado como desafio para toda uma geração. Tornar novamente democrático, reimplantar uma nova democracia em substituição da anterior é uma primeira e simples definição de dicionário para redemocratização. A partir de algumas noções, conceitos e definições de redemocratização, transição democrática e democracia é que pretendemos partir como base do estudo das Jornadas de Junho como momento de lutas políticas amplas em torno do Estado e de suas políticas públicas. A reestruturação do país passou por uma transição democrática que atingiu as instituições em diversos níveis da estrutura do Estado? No caso particular deste artigo, o Estado passou por um processo de redemocratização, desde as estruturas eleitorais, políticas e institucionais?

O presente trabalho reflete sobre as Jornadas de Junho de 2013² a partir dos limites da atual Democracia brasileira e da exclusão das maiorias das instâncias de decisão e escolha dos rumos do país. Traça um paralelo entre os limites do Sistema Político nacional e do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que hoje o mantém e se locupleta deste modelo. A ausência de um estado democrático verdadeiramente palpável que se acompanha da falência política e representativa de diversas instituições, desde o parlamento até escolas básicas e universidades. Contudo, este trabalho foca no *superprivilegiamento* de algumas classes ou frações dentro do sistema político representativo do país.

Tal reflexão surge da necessidade de entender os mecanismos políticos e sociais que estão por trás das grandes manifestações populares que assolaram a cena política brasileira em junho de 2013. Entender porque as pautas levantadas pelas manifestações como, por exemplo, transporte, saúde e educação não são viáveis apenas nas lutas de rua como muito se pretendeu, mas na construção de uma plataforma política ampla que transforme primeiro a democracia capitalista dependente brasileira e altere a correlação da

¹ Mestrando em Políticas Públicas pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Graduado em História pela mesma instituição.

² Período iniciado em junho de 2013, com manifestações políticas de massa que se estenderam pelo mês de julho.

luta de classes no cenário brasileiro e o entendimento da impossibilidade da convivência entre capitalismo e democracia a partir de uma discussão política e teórica sobre democracia e aspectos dos estados nacionais, que vem ocorrendo nos últimos 25 anos no país e na América Latina.

Os chamados processos de *transição democrática* na América Latina, incluindo o Brasil já estão completando trinta anos. Felizmente, longe vão os tenebrosos anos das ditaduras que assolaram a região entre os anos 1960 e 1980. Ainda que não completamente, os militares voltaram às casernas e uma série de liberdades democráticas foram conquistadas, vitórias inegáveis. No entanto, as promessas de liberdade e democracia se concretizaram? Podem ser sentidas na prática das instituições do Estado? Qual o resultado desse processo para seus principais interessados, o povo brasileiro?

É sobre estas inquietações, fundamentalmente, que pretendemos refletir e gestar referenciais que deem suporte a construção deste trabalho. A democracia na América Latina, como dito, completa três décadas desde os duros anos do regime militar. Por outro lado, a transição democrática lenta e segura propiciou uma série de barreiras nas reestruturações dos setores que compõem o Estado brasileiro.

O jogo político que prevaleceu no Brasil parece ter seguido a ordem, isto é, a partir de uma abertura *lenta, gradual e segura* se segue para uma transição democrática que se completa na implementação de medidas de cunho neoliberal na economia e política nacional.

Para destrinchar o termo democracia e redemocratização, este segundo sendo observado enquanto processo político e histórico, utilizaremos como base teórica da nossa análise as argumentações e teses do cientista político argentino Atílio Boron, conforme exposta em sua obra *Aristóteles em Macondo: Reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina* (BORON, 2011). Trata-se de pensador contemporâneo e ícone no cenário intelectual da região. Contribuiu de forma determinante para pesquisas recentes sobre democracia, redemocratização e a história recente e mudanças que têm ocorrido na América Latina. Além dele, Ellen Wood e seu trabalho *Democracia contra o capitalismo*, também servirá de referência para nossa exposição.

A democracia e o capitalismo na América Latina - Alguns aspectos

Boron tem como ponto de partida entre a separação de essências e das aparências das democracias no continente, formulando os conceitos de *fetichismo democrático* e a noção de *regimes pós-ditatoriais*, que nos ajudam na proposta do trabalho a entender o pressuposto que nos dará sustentação na análise das nuances da democracia brasileira. De acordo com suas ideias e concepções podemos refletir sobre o que realmente são os regimes políticos atuais de quase toda a América Latina, incluindo o Brasil. De modo mais profundo, quais são as possibilidades, desafios e contradições de um sistema democrático no capitalismo e suas alternativas.

Atílio Boron vai além, ao colocar em xeque o consenso que se formou em torno da definição de democracia capitalista, ele a redefine como *capitalismo democrático*, pois é em torno do elemento *capitalismo* que orbita essa forma de *democracia*. O primeiro subjuga o segundo, não o contrário. No caso da América Latina foram as medidas neoliberais e as redemocratizações, que ocorreram concomitantemente com o esgotamento do keynesianismo e a Crise da Dívida, que enfraqueceram o impulso democrático que “longe de ter ajudado a consolidar as incipientes democracias latino-americanas, as políticas neoliberais na verdade contribuíram para debilitá-las” (BORON, 2011, p.41).

A democracia deslegitimada, alvo de desconfiança por parte dos povos, incluindo o Brasil, é parte da consequência neoliberal. Ao ampliar as desigualdades entre governantes e governados e impedir a reforma de instituições políticas, o neoliberalismo fragilizou ainda mais as bases possíveis para a democracia. Boron apresenta como descrédito do chamado *capitalismo democrático* na América Latina, os dados citados em uma pesquisa feita pelo *Latinobarómetro* em 2006, em 18 países do continente. Frente à pergunta para quem se governa na América Latina? apenas 26% dos entrevistados disseram que se governa em prol de toda a população, enquanto 69% declararam que se governa em benefício de um punhado de grupos de poderosos” (BORON, 2011, p.35).

Numa experiência peculiar, logo na abertura do livro, ele traz Aristóteles para nossa Macondo real, nossa América Latina. Seu objetivo é, através das palavras do filósofo grego, uma espécie de desencanto dos ouvidos e mentes de pesquisadores latino-americanos da velha propaganda estadunidense. Isto é, refletir profundamente sobre o conteúdo e as ideologias da democracia latino-americana e, assim, sobre os da democracia em geral.

A grande propaganda ideológica é a suposta vitória final do capitalismo democrático, comumente chamado de democracia liberal, porém mais frequentemente chamado apenas de democracia – e a extinção da *demodiversidade*, como afirma Dos Santos (1991). O autor alerta sobre o visível apagamento ideológico do caráter de classe da democracia, uma vez que durante meados do século XX havia uma contraposição entre democracia burguesa e democracia operária.

Este processo ocorre por conta da redução da democracia ao seu caráter puramente formal, descolando essência e forma, nas formulações de uma democracia competitiva, que se reduz ao “sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961).

Por isso, Aristóteles, via Atílio Boron, – ou vice e versa - que mesmo em relação à aparência, o capitalismo democrático é cada vez menos democrático:

Da forma em que estão montadas, as eleições não permitem eleger muita coisa, pois somente aqueles com muito dinheiro disponível podem financiar as caríssimas campanhas de propaganda política e apresentar candidaturas com alguma possibilidade de êxito, de modo que a margem de escolha popular se reduz a decidir quem entre os representantes dos ricos será o encarregado de aplicar as políticas que seguirão beneficiando os próprios ricos (BORON, 2011, p. 32).

A essência democrática, seja na concepção aristotélica de governos da maioria em benefício dos pobres, ou de Abraham Lincoln, de governo do povo, pelo povo e para o povo, resgatadas por Boron, converteram-se em governos dos mercados, pelos mercados e para os mercados.

Neste rastro da ascensão de governos populares na América Latina, incluindo o Brasil, surge em função de necessidades diversas, dentre elas a derrota do neoliberalismo e a ampliação de direitos políticos e sociais, uma série de manifestações sociais que levaram a governos progressistas na região a partir dos anos 2000.

Estes governos aparecem e, em certa medida, são fruto dos debates e propostas políticas para reformas do Estado Democrático de Direito e suas instituições.

(...) avanço democrático, por mais modesto que seja, é impensável sem uma intransigente oposição à lógica sistêmica do capitalismo, o que sem dúvida suscitará reações violentas do bloco dominante, para o qual até mesmo a desvalorizada democracia permitida pelo capitalismo já é vista como uma perigosa ameaça (BORON, 2011, p.52).

O capitalismo confronta-se com a democracia, e muitos autores concordam que ambos os temas são contraditórios. Retornando à concepção aristotélica é que Boron pretende redefinir os sistemas políticos da atualidade na região. Neste sentido, a proposta do autor se encontra com a revisão da história recente do Brasil, principalmente no que tange a ideia de democracia. É possível taxar de democráticos, governos (Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso) que aprofundaram brutalmente a desigualdade social ao implementar o neoliberalismo no país? (SANTOS, 2014)

Se a Nova República, pelo menos no discurso, inaugura outro modelo de Estado, desta vez, democrático, mas por outro lado aprofunda e mantém as desigualdades sociais, dentre elas as institucionais, como poderiam ser garantidos direitos sociais que fundamentam o conceito de democracia?

O neoliberalismo implantado sobre égide de contornos “democráticos” aprofunda a dependência, desnacionaliza os meios de produção brasileiros, passando-os para as mãos do monopólio estrangeiro, representado pelas multinacionais.

Os processos de privatização da década de 1990 aumentaram os índices de desemprego, a ponto de colocá-lo como o principal eixo da superexploração do trabalho. A produção de massa de valor passa a estar intimamente ligada ao desemprego, que permite a baixa dos salários, em um momento em que os avanços tecnológicos aumentam a produtividade.

É difícil admitir que os sistemas de governo que possuem tais características possam ser chamados de “democracias”. A existência de eleições regulares e um sistema multipartidário garantiriam, segundo Milton Santos, um *eleitoralismo*, ou seja, o direito de votar desconectado e dissociado dos demais direitos, mas não são garantias de um verdadeiro sistema democrático se as medidas tomadas para todo o corpo da nação forem apenas as mencionadas anteriormente.

É imperativo separar o que é “aparência” e “essência” desse regime político para melhor compreendê-lo. Atualmente vivemos um Brasil com suposta aparência

democrática, mas que mostra seus déficits em diversos planos e instituições nacionais. Os brasileiros se orgulham de participar de eleições “livres” decididas pelo sufrágio universal, contudo, apesar de as relações sociais serem intermediadas pelo direito, e as atribuições inalienáveis de nossa cidadania se encontrarem em nossa Constituição, a essência do sistema democrático, ou seja, o governo da maioria para a maioria, não se concretiza, uma vez que seguimos a mesma linha e raciocínio de Boron. Podem-se confirmar estas ideias quando as aparências, as características que estariam ligadas à democracia, são organizadas, comandadas e difundidas pelo poder do capital.

O capitalismo pela sua própria característica busca de modo insaciável a acumulação e, com isso, somente pode atender aos interesses de uma minoria. Essa minoria vem diminuindo numericamente com o avanço do capital monopolista e o processo acelerado de concentração de capital que temos acompanhado.

A manifestação aparente da democracia, ou seja, a existência de elementos que pertenceriam a um sistema democrático é exaltada pela ideologia dominante como a própria democracia em si. Como dito acima, trata-se do *fetichismo democrático*, termo cunhado por Boron (2011. P.31), para demonstrar como o capitalismo trabalha uma maquiagem de democracia que funciona como legitimação do próprio sistema capitalista.

Outra autora que evidencia um debate atual em torno do conceito e desafio das democracias pelo mundo no final do século XX e início do XXI é Ellen Wood da Universidade de York, Toronto. Em sua obra *Democracia contra o capitalismo* (2003) trata os desafios da democracia ante ao governo de classes, observando a partir de levantes populares em diversos locais do planeta contra o neoliberalismo e a globalização e pela ampliação dos estados democráticos. Em meio a propaganda de capitalismo humano, social e democrático, Wood contesta e afirma ser um ideal mais utópico do que o do socialismo. Aponta, de certo modo, que estes movimentos impuseram uma reflexão sobre se o capitalismo é, na essência, incompatível com a democracia. Ela aponta:

O que talvez não seja tão evidente são os princípios antidemocráticos contidos na ideia de cidadania democrática (...). Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificam, e simultaneamente, limitariam o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo

de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado. (WOOD, 2003, p. 185)

Se não há igualdade, o atual sistema político brasileiro não pode ser chamado de “democrático” e sim, “pós-ditatorial”? O problema da desigualdade se intensificar no país passa pela implantação do sistema neoliberal, contudo contraria a perspectiva democrática, de modo que a defesa da igualdade sempre esteve intrinsecamente ligada à democracia. Boron forja este termo sobre alguns aspectos como igualdade e direitos da cidadania.

O neoliberalismo adotado aumentou drasticamente a pobreza se estendendo até o princípio do século XXI. Como consequência aumentou o abismo econômico, político e cultural entre pobres e ricos, inclusive nas oportunidades educacionais. Esta distância entre ricos e pobres, refletida na concentração de poder, direitos e cultura, pode ser sentida e pensada como motor nas lutas políticas e propostas de democratização de instituições.

Os direitos indelévels dos seus cidadãos também caracterizam um Estado baseado nos preceitos democráticos. De fato, nosso governo pós-ditatorial, levou a mais democrática constituição já feita no Brasil. Entretanto, a democracia não é apenas um regime que coloca palavras bonitas no papel, mas sim, o que as dá concretude, que transforma ideias e concepções políticas em práticas cotidianas.

A autora propõe a renovação do programa crítico do materialismo histórico pela redefinição de seus princípios básicos e de sua teoria da história. Explora também o conceito de democracia desde o mundo antigo até o moderno analisando suas correlações com o capitalismo e ponderando sobre como o poder, a democracia e as instituições públicas podem ultrapassar os limites impostos pela dinâmica e regime do capital. Acaba chamando atenção para o fato de que “a crítica original do capitalismo não poderia ser executada sem a convicção de que existem alternativas, e isso se realizou a partir do ponto de vista da antítese do capitalismo, o socialismo”. (WOOD, 2003, p. 27)

Com o colapso do “socialismo real” dos países do leste europeu difundiu-se a ideia de fim do marxismo. Ellen Wood diverge:

Há algo de estranho na premissa de que o capital representa a crise terminal do marxismo. Podia-se esperar, entre outras coisas, que um período de triunfalismo capitalista devesse oferecer mais espaço, em relação a qualquer outra época, para o principal projeto marxista: a crítica do capitalismo. (...) O objetivo principal dessa crítica foi a transformação

da ideia socialista, de uma aspiração a – histórica, num programa político baseado nas condições históricas do capitalismo. (...) se existe hoje um tema unificador entre as várias oposições fragmentadas, é a aspiração à democracia. (WOOD, 2003: 13-21)

A proposta de uma democracia concreta, que atendesse as demandas da sociedade é uma ideia que fica apenas na proposta, “nas democracias modernas, em que a comunidade cívica une os dois extremos da desigualdade social e de interesses conflitantes, o ‘bem comum’ partilhado pelos cidadãos passa a ser uma noção muito mais tênue e abstrata” (WOOD, 2003, p. 181).

O caráter de classe da democracia brasileira

O caráter de classe do Estado no Brasil pode ser compreendido nesta perspectiva teórica. É por esta razão que o Florestan Fernandes *militante* propõe uma *revolução dentro da ordem*. Recorre ao conceito de *revolução passiva*, que é categoria fundamental que Gramsci utiliza para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália. A *hegemonia* ou a hegemonia burguesa – não se nega a possibilidade de uma *hegemonia burguesa*, mas esta permanece limitada pelas *ligações perigosas* mantidas pela elite industrial com a oligarquia e o imperialismo, levando a um sistema democrático pouco representativo. Ele observa uma espécie de *internalização da dependência* na própria estrutura social.

Observando a dependência Florestan conclui que o Estado nas nações dependentes – Ele afirma ser o caso do Brasil - tinham um déficit de democracia, ou melhor, uma concentração de poder baseado no *superprivilegiamento das classes dominantes*. Florestan Fernandes pode dialogar com Wood e Boron, uma vez que ambos apresentam os meandros e limites da democracia desde um prisma teórico e metodológico.

Segundo Florestan, a democracia era controlada através de um *superprivilegiamento* que dá a elite um poder maior para o *controle da situação*.

No entanto as composições, os riscos e as violências, que são necessários para manter ou transformar a ordem social competitiva sob o desenvolvimento capitalista dependente e a sociedade as sociedades de

classes correspondentes indicam que não se faz política demais.
(FERNANDES, 1973, p. 100)

A explicação do subdesenvolvimento exige o entendimento de como as classes sociais se organizam dentro do sistema social de produção fundado na ordem social competitiva. Nesse sentido, o entendimento dos conceitos de capitalismo dependente e subdesenvolvimento são indispensáveis nesta análise.

O sistema de poder é inerente à sociedade de classes e o autor advoga que a dependência e o subdesenvolvimento complicam e aprofundam este cenário, produzindo uma proporção de dominação ainda maior do que em uma democracia de classes. Nestas condições, o Estado e as associações patronais convertem-se em instituições-chave para a autodefesa das classes privilegiadas e o controle de toda a sociedade:

Logo este *superprivilegiamento* distingue os tons democráticos dos países dependentes, gerando características de controle e um enorme domínio de classe. Mesmo que nos países do centro capitalista ocorra também uma predominância de classes no aparato do Estado, Florestan alerta que a soma da dependência e do subdesenvolvimento potencializa os privilégios de classe no interior do Estado.

Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos, “simultaneamente”, “democráticos”, “autoritários” e “autocráticos”, mesmo sucedendo com relações pacíficas entre classes sociais. (FERNANDES, 1973, p. 103)

Um poder democrático relativamente aberto acoberta este supercontrole de classes do Estado brasileiro, e é neste mecanismo que as *classes altas e médias* organizam, controlam e fazem perpetuar seu poder e hegemonia. As classes dominantes aceitam a ordem competitiva da sociedade capitalista dentro do Estado até onde não se incomode ou possa interromper o ciclo de vantagens e privilégios destas.

Os dinamismos econômicos dominantes resultavam de um novo tipo de mercado, que reagrupava estruturas econômicas coloniais e neocoloniais a novas estruturas formadas pelas relações com o mercado mundial e pela expansão do sistema de produção capitalista. Finalmente, o advento do capitalismo maduro na região, segundo Fernandes, envolve ao mesmo tempo a ruptura e a conciliação com o antigo regime.

A modernização nunca se conclui, pois o sistema colonial é necessário à modernização e alimenta distintas formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira ou em outro regime. Portanto, no momento em que a revolução burguesa se torna inevitável ou irreversível, ela sedimenta um mundo capitalista distinto e inconfundível, que possui duas faces essenciais para a existência e sobrevivência do capitalismo em nível continental.

Florestan Fernandes caracteriza histórica e sociologicamente o Estado e seus mecanismos e configuração, além de observar a perspectiva de classes dentro do Estado de nações dependentes com papel a cumprir na divisão internacional do trabalho.

As classes sociais baixas são cronicamente debilitadas em suas potencialidades de agir como classes, através dos próprios dinamismos que determinam a configuração e a evolução da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente. A ordem social competitiva da sociedade de classes dependentes e subdesenvolvidas desgasta as “massas trabalhadoras”, “gente pobre” e as “classes operárias”, reduzindo a quase nada suas potencialidades de canalizar institucionalmente seus anseios de reforma social ou de mudança social progressiva. (FERNANDES, 1973, p. 84-85)

Para o autor, diferentemente da Europa e EUA, a classe social de maneira geral na América Latina impediu o desenvolvimento das potencialidades competitivas da classe trabalhadora. Isso gerou um atraso econômico, cultural e social característico do capitalismo subdesenvolvido e dependente, ao mesmo tempo em que se privilegiou cultural, política e socialmente as elites. Dessa maneira:

(...) sob o capitalismo dependente, a ordem social competitiva é demasiada fraca para proceder a essa mobilização potencialmente viável, mas que exigiria a supressão das condições e dos efeitos do próprio capitalismo dependente. É nesse nível que se evidencia o “calcanhar de Aquiles” da sociedade de classes latino-americana. Ela é estável por causa de efeitos estáticos do seu padrão de organização, de crescimento e de desenvolvimento. Contudo, como ela deprime, solapa ou neutraliza, por vários modos e vias, a classificação, a diferenciação, a participação e

a integração das camadas assalariadas, pobres ou despossuídas, ela carece de poder de mobilização efetivo, capaz de servir como fulcro de redefinição das relações de classe e de recomposição das posições relativas das classes entre si (...) ao condenar o ostracismo e à participação segmentária ou marginal suas classes baixas, as sociedades nacionais da América Latina só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas “compulsões burguesas”. Elas também se condenam a eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. (FERNANDES, 1973, p. 85-86).

Florestan propõe que *classes baixas se realizarem dentro da ordem, necessitam de condições que só seriam possíveis mediante a eliminação simultânea da dependência e do subdesenvolvimento*. Em seguida ressalta que *só a Revolução contra a ordem, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento do capitalismo* (FERNANDES, 1973, p. 89-90).

Nesta linha de pensamento, podemos compreender que para Florestan Fernandes a possibilidade de um Estado democrático ou até de uma democracia de classes dentro da ordem dependente e subdesenvolvida era algo inconciliável. Os déficits de democracia, bem como o ordenamento do Estado no Brasil, estão diretamente ligados com o capitalismo que produz a dependência e o subdesenvolvimento.

Ocorrem as relações de poder político no interior da sociedade de classe sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido.

A sociedade de classes repousa em um sistema de poder relativamente aberto e democrático [...]. Todavia, as classes dominantes aceitam a ordem social competitiva em vários pontos, exceto naqueles nos quais suas vantagens relativas poderiam ser real ou supostamente prejudicados tendem a solapar e bloquear, sistematicamente, o funcionamento do sistema de poder, que deveria ser relativamente aberto e democrático. Essa é a regra na América Latina. (FERNANDES, 1973, p. 103).

Logo, as classes altas e médias enrijeceram os controles políticos, numa reação extrema de autodefesa, que acabou se institucionalizando. Para Florestan, o *superprivilegiamento* de classe será o calcanhar da revolução burguesa sob o capitalismo dependente, uma vez que ao se afirmarem como classe, impedindo o desenvolvimento das demais classes, aquelas que estão no topo do poder concentram suas decisões e interferem quando preciso no funcionamento da democracia. Porém iniciam ao mesmo tempo a desagregação da ordem social que as privilegia. Nesse sentido, ressalta que

“suas classes privilegiadas poderão preservar a ordem por certo tempo e, mesmo, impô-la durante algum tempo. Entretanto, não poderão deter a desagregação final. Na ânsia de promover a estabilidade da ordem, elas a destroem, concorrendo para liberar as forças sociais revolucionárias propriamente ditas”. (FERNANDES, 1973, p. 112)

Finalmente, Florestan nos obriga a pensar nas relações de poder na sociedade capitalista, demonstrando como a burguesia retardou o desenvolvimento das classes sociais pobres na América Latina, impedindo-as de se desenvolverem, uma vez que lhes negou educação e a própria noção de cidadania. Ao fazer isso, causou um subdesenvolvimento estrutural, que só poderia ser vencido a partir da revolução socialista, conforme análise do autor. Da negação da dependência e do subdesenvolvimento até a afirmação do socialismo.

A concepção de cidadania na região é alterada e usurpada pelas elites dominantes que tolham as classes subalternas em seu desenvolvimento e direitos. A participação cidadã nos meandros do Estado Democrático se revela elitista e pouco inclusiva.

“A consolidação da democracia com participação ampliada, que parecia iminente, desviou-se do curso e revelou-se como ela é, uma democracia elitista, que somente intensifica e amplia a participação das classes altas e médias.” (FERNANDES, 1973, p.110)

As jornadas de junho de 2013 e suas bandeiras democráticas

As Jornadas de Junho de 2013 levaram às ruas do país uma série de bandeiras “aparentemente” desconexas e difusas. Contudo, se examinarmos a realidade de forma

profunda, com método claro de análise, poderemos perceber as essências e as sutilezas destas manifestações.

Esse conjunto de manifestações tem procedência, ou melhor, estopim relacionado ao aumento do preço das passagens de ônibus no Rio de Janeiro e São Paulo primeiramente. Bandeiras como saúde pública, educação pública, políticas de transporte, assim como as manifestações que também atacavam símbolos do capitalismo e permitiram a ascensão dos *black blocks*, cujas ações miravam o simbolismo do capital, representado em monumentos e empresas privadas. Ambos os movimentos, e protestos enfatizam a falência do modelo democrático brasileiro levantando a bandeira de que nenhum partido representava o movimento.

Apesar de haver ataques diretos às instituições, foram evidentes os questionamentos à capacidade de representação. Fato este que está relacionado ao *superprivilegiamento* da burguesia e da oligarquia que se mantém no poder. As críticas à capacidade de representação e as demandas sociais são, em outras palavras, expressões genuínas do déficit democrático em que vivemos desde a redemocratização. Elas adquiriram caráter massivo na medida em que as instituições – e os atores à sua frente – apresentaram baixa capacidade de previsão, processamento e resposta às demandas sociais. Diversamente, seja em termos de mudanças legais e de políticas públicas, as respostas rápidas das instituições após as manifestações mostraram que estas são ágeis apenas quando estão sob forte pressão da opinião pública.

Em contrapartida, são lentas e operam com alto custo quando se trata do jogo usual da representação parlamentar e ação de grupos de pressão. Isso ocorre devido à prioridade dos governos, notadamente no âmbito subnacional, para a popularidade no curto prazo. O problema é que temas complexos que envolvem planejamento de longo prazo são protelados. Exemplos nesse sentido são as políticas públicas de mobilidade urbana, problemas estruturais do Sistema Único de Saúde (SUS) e a qualidade da educação.

As Jornadas de Junho com suas pautas do transporte, saúde, educação, contribuíram para o desgaste dos atores políticos como, por exemplo, a brutal redução da taxa de popularidade e aceitação em todas as esferas de governo (IBOPE; CNI, 2013).

Exemplo do déficit institucional decorre, por exemplo, de que propostas aprovadas – vide destinação dos royalties do petróleo do Pré-Sal para a educação e lei que transforma corrupção em crime hediondo – não são, necessariamente, contadas como vitórias.

As instituições não devem esperar mudanças de ânimo da população, elas devem ser artífices dessa mudança. Esse comportamento sinaliza que essas instituições precisam mudar, caso contrário, perderão legitimidade. Ou como consideram alguns autores, como Vladimir Safatle³, já perderam legitimidade. Porém, se as organizações persistirem lentas e com baixa permeabilidade, serão vistas como corruptas e pouco permeáveis, e terminarão por reduzirem seu lastro social, inadequação estrutural e, por fim, abrindo espaço ao extremismo.

Ao mesmo tempo os governos estão desafiados à manutenção das bases de apoio do Legislativo. A desconfiança e o pessimismo precisam dar lugar a uma perspectiva pró-ativa por parte dos governos, melhorando as políticas públicas por meio do planejamento governamental. Mas não é certo que isso se dê. Para tanto precisam da implementação de uma agenda positiva via Executivo. Se os Poderes forem capazes de “absorver a energia das ruas” e gerar políticas eficazes, corresponderão às expectativas da população, contribuindo para a democracia.

Por trás da retórica política tanto da esquerda quanto da direita institucional⁴, há pouco diagnóstico que compreenda que o atual déficit de institucionalização política da população, principalmente da juventude é um efeito de longo prazo da fragilidade dos mecanismos de socialização política, e que deveriam ser transformados profundamente. Como é pouco provável que tais instituições se mostrem permeáveis à juventude, a tendência é de se aprofundar o déficit de participação política democrática não só nas instituições do Estado, mas na política partidária institucional de ponta a ponta no cenário brasileiro.

As transformações da democracia brasileira ainda estão com horizonte incerto e não há muitos diagnósticos precisos se teremos uma transição suave ou negociada para outro cenário. Caso não existam forças políticas capazes de realizar mudanças substanciais no cenário político nacional, abre-se a possibilidade de uma degeneração gradual, não só das forças institucionais atuais, mas da sociedade brasileira como um todo. Isso abriria espaço para um aprofundamento do autoritarismo, na sociedade e nas forças políticas, introduzindo o fascismo como *modus operandi* das classes dominantes, podendo abarcar inclusive, segmentos da classe trabalhadora. Para a lobotomização da última está em pleno

³ Ver <<http://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>> Acesso em 13/07/2015

⁴ Entendendo direita ou esquerda institucional como partidos com legendas e regulamentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

funcionamento um aparato midiático monopolizado que de porta-voz do capital, se tornou, ele mesmo, o partido da classe dominante.

O Brasil tem à frente o desafio de apresentar forças políticas que sejam compostas e representativas da atual geração. Esta massa insatisfeita não pode ter seus anseios democráticos reduzidos na tragédia eleitoral atual, nem no extremismo político das classes dominantes que pode se materializar como forma de manutenção do seu *superprivilegiamento*.

Bibliografia

AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

DOS SANTOS, Theotonio. *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1973.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed., São Paulo, Globo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção dialética da história*. 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

IBOPE; CNI. *Pesquisa CNI-IBOPE Edição especial*. jul. 2013

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGLES, Friederich. *A ideologia alemã*. Trad. de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SAFATLE, Vladimir. *A Nova República acabou*. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>> Acesso em 13 de julho de 2015.

SANTOS, Roberto Santana. *Coronéis e Empresários. Da Esperança da Transição Democrática à Catástrofe Neoliberal (1985-2002)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.